

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/36701	48778/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROPOSTA DE DECISÃO PRELIMINAR

Processo: 2024/500.10.301/311

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Processo de migração

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Reposição da legalidade urbanística – legalização voluntária

Local da obra: Rua do Pinhal, n.º 8, Adaúfe, Braga, Portugal

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/36637 de 12 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

PROPOSTA

De acordo com a informação que antecede, com vista à reposição da legalidade urbanística no local em apreço, nos termos do artigo 102.ºA do RJUE, na sua redação atual, somos a propor notificar o proprietário do prédio em apreço, nos seguintes termos:

- Na sequência da ação inspetiva efetuada pelo Departamento de Fiscalização deste Município resultou a informação n.º 60348, de 18/06/2024, cuja cópia segue sob "Anexo I".
- Com vista à reposição da legalidade urbanística, nos termos do n.º 1, do artigo 102.ºA do RJUE, na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar a legalização das obras concretizadas no local em apreço sem o devido controlo prévio, em conformidade com o DESPACHO 2025-6162 [Resolução PR/2025/18655 - DU - DAT - Chefe de Divisão DAT], do Sr. Diretor Municipal da Direção Municipal de Gestão do Território, cuja cópia segue sob "Anexo II".
- Caso não proceda à legalização voluntária das obras em causa ou à sua demolição voluntária, atendendo a que não é possível a sua legalização oficiosa com taxas especialmente agravadas a exigir o respetivo pagamento ao seu proprietário, de acordo com o n.º 8 do artigo 102.º A do RJUE, na sua atual redação, visto estarem em causa cálculos de estabilidade, este Município irá ponderar a demolição coerciva da obra, nos termos da al. e) do n.º 2 do artigo 102 e dos artigos 106.º, 107.º e 108.º do RJUE, na sua redação atual.
- Assim, de acordo com os artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua atual redação, dispõe do prazo de 15 dias úteis para se pronunciar por escrito, acerca do conteúdo do presente projeto de decisão, findo os quais, sem que haja resposta, o presente projeto de decisão converter-se-á em definitivo, dispondo V. Exª do prazo de 90 (noventa) dias úteis para dar início à legalização das obras concretizadas no local em apreço, sem o



devido controlo prévio, com processo instruído nos termos da informação prestada pelos Serviços de Urbanismo deste Município, acima referida.

Quanto ao reclamante, deverá ser notificado nos seguintes termos:

- Na sequência da ação inspetiva efetuada pelo Departamento de Fiscalização deste Município foi verificada a existência obras, concretizadas no local em apreço, sem o devido controlo prévio.
- Com vista à reposição da legalidade urbanística, nos termos do n.º 1, do artigo 102.ºA do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar a legalização dessas obras, em conformidade com informação prestada pela Direção Municipal de Gestão do Território.
- Caso, o proprietário não proceda voluntariamente à reposição da legalidade urbanística, é intenção deste município ordenar a demolição coerciva da obra, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 102.º e artigos 106.º, 107.º e 108.º do RJUE, na sua redação atual.
- Atendendo aos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual, o proprietário dispõe do prazo de 10 dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção.
- Findo o prazo, sem haja pronuncia, o projeto de decisão, converterá automaticamente em decisão final, dispondo o proprietário, a partir daí, do prazo de 90 dias úteis para dar início à legalização das obras concretizadas no local em apreço, sem o devido controlo prévio, com processo instruído nos termos da informação prestada pelos Serviços de Urbanismo deste Município, acima referida.

À consideração superior da Diretora do Departamento de Fiscalização, Dr.ª Bárbara Magalhães.

Despachos

- A 12/11/2025, Filipa Dantas Vilela, na qualidade de Chefe de Divisão: "Subscrevo.
Tendo presente que, para a legalização de operações urbanísticas (artigo 102.º-A, RJUE), é competente a Câmara Municipal, propõe-se seja o assunto submetido a deliberação do competente órgão executivo."

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

